



INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA – IFRR
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

REBECA CARDOSO DA SILVA

A INTEGRAÇÃO OMNILATERAL DOS EDUCANDOS DE EDUCAÇÃO
INTEGRADA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E OS
EDUCANDOS DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL DA CIDADE DE MANAUS

BOA VISTA – RR

2026

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A INTEGRAÇÃO OMNILATERAL DOS EDUCANDOS DE EDUCAÇÃO INTEGRADA DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E OS EDUCANDOS DAS ESCOLAS DE
TEMPO INTEGRAL DA CIDADE DE MANAUS

Trabalho de Conclusão de Curso: Relatório de Formação
apresentado ao Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em
Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Roraima.

Orientador: Prof. Caio Anderson da Silva de Almeida

BOA VISTA – RR

2026

A INTEGRAÇÃO OMNILATERAL DOS EDUCANDOS DE EDUCAÇÃO INTEGRADA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E OS EDUCANDOS DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL DA CIDADE DE MANAUS

RESUMO: O presente trabalho analisa as contribuições da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente por meio do Ensino Médio Integrado, para a formação omnilateral dos estudantes, estabelecendo uma análise comparativa com as escolas de tempo integral da cidade de Manaus, Amazonas. A pesquisa parte da compreensão de que, embora ambas as modalidades tenham como finalidade promover a formação integral dos educandos, apresentam diferenças significativas quanto aos seus fundamentos pedagógicos, à organização curricular e às finalidades educativas. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em autores como Paulo Freire, Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos, além da análise de legislações e documentos oficiais relacionados à Educação Básica e à Educação Profissional e Tecnológica. Os resultados evidenciam que a EPT, ao adotar o trabalho como princípio educativo e a integração entre ciência, cultura, tecnologia e trabalho, apresenta maior potencial para promover uma formação humana integral, crítica e emancipatória. Em contrapartida, verificou-se que as escolas de tempo integral contribuem para a ampliação das oportunidades educacionais e da permanência dos estudantes na escola, porém a simples ampliação da jornada escolar não assegura, por si só, a efetivação da educação integral. Conclui-se que ambas as modalidades desempenham papel relevante na democratização do acesso à educação, embora a Educação Profissional e Tecnológica apresente maior potencial para integrar formação geral e profissional em um projeto pedagógico comprometido com a formação omnilateral e o desenvolvimento humano em sua totalidade.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Ensino Médio Integrado; Educação Integral; Formação Omnilateral; Trabalho como Princípio Educativo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. DESENVOLVIMENTO.....	7
2.1. Educação Integral e Educação em Tempo Integral no Brasil.....	7
2.2. A Educação Profissional e Tecnológica e o Ensino Médio Integrado	10
2.3. Formação Omnilateral e Trabalho como Princípio Educativo	12
2.4. Contribuições de Freire, Saviani, Frigotto, Ciavatta e Ramos	14
2.5. Políticas Públicas para a Educação Integral e a Educação Profissional e Tecnológica	16
2.6. Análise Comparativa entre as Escolas de Tempo Integral e a Educação Integrada em Manaus	17
3. METODOLOGIA.....	20
4. DISCUSSÃO E RESULTADOS.....	21
5. CONCLUSÃO.....	23
6. PLANO DE AÇÃO	26
Título do trabalho: Fortalecimento da Formação Omnilateral e do Projeto de Vida nas Escolas de Tempo Integral e na Educação Profissional e Tecnológica.....	26
6.1. Objetivo Geral	26
6.2. Objetivos Específicos	26
6.3. Ações Propostas.....	26
6.4. Resultados Esperados	27
REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem passado por profundas transformações nas últimas décadas, especialmente no que se refere às políticas públicas voltadas para a ampliação da jornada escolar e para a formação profissional dos jovens. Nesse contexto, destacam-se duas modalidades que possuem significativa relevância para o ensino médio: as Escolas de Tempo Integral¹ e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), particularmente por meio do Ensino Médio Integrado. Embora ambas compartilhem a característica da permanência ampliada dos estudantes no espaço escolar, seus fundamentos pedagógicos, objetivos formativos e impactos sociais apresentam diferenças substanciais.

O interesse por essa temática surgiu ao longo da trajetória acadêmica e profissional construída durante o curso de Pós-Graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica. As discussões desenvolvidas nas disciplinas relacionadas à gestão escolar, às políticas públicas educacionais e aos fundamentos da EPT permitiram ampliar a compreensão acerca da formação humana integral e do papel social da escola na construção da cidadania e da emancipação dos sujeitos. Nesse percurso formativo, tornou-se evidente a necessidade de refletir sobre os distintos modelos de educação integral implementados no país e seus efeitos na vida dos estudantes.

A experiência profissional e o contato com diferentes realidades educacionais contribuíram para o amadurecimento da problemática investigada neste trabalho. Em Manaus, observa-se a coexistência de escolas estaduais de tempo integral e instituições federais que ofertam o Ensino Médio Integrado, possibilitando uma análise comparativa acerca das potencialidades e limitações de cada modelo. Tal realidade suscita questionamentos sobre a efetividade das políticas públicas e sobre o significado da formação integral em contextos educacionais distintos.

A questão norteadora desta pesquisa consiste em compreender de que forma a Educação Integrada no contexto da Educação Profissional e Tecnológica pode proporcionar uma

¹ Modalidade oriunda do Proeti – Programa de Escolas de Tempo Integral, escolas estaduais comuns cujos espaços foram destinados ou adaptados a permanência prolongada dos alunos. Diferente dos Centros de Educação de Tempo Integral, que já foram estruturados desde o projeto inicial para permanência integral.

formação mais abrangente e significativa em comparação às escolas de tempo integral da cidade de Manaus. A partir dessa problemática, foram elaboradas as seguintes subquestões: como os docentes planejam suas práticas pedagógicas considerando o tempo ampliado de permanência dos estudantes na escola; quais recursos e estruturas favorecem a utilização adequada do espaço e do tempo escolar; e quais políticas públicas contribuem para a avaliação e o aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem em ambas as modalidades.

O objetivo geral deste estudo é analisar, à luz da literatura e dos documentos oficiais, as contribuições da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente do Ensino Médio Integrado, para a formação omnilateral² dos estudantes, em comparação com as escolas de tempo integral da cidade de Manaus. Em consonância com essa proposta, os objetivos específicos poderiam contemplar: compreender os fundamentos teóricos da educação integral, da formação omnilateral e do trabalho como princípio educativo; analisar a organização curricular da Educação Profissional e Tecnológica e das escolas de tempo integral; identificar, na literatura e nos documentos oficiais, as principais aproximações e diferenças entre esses modelos educacionais; e discutir as contribuições de cada modalidade para a formação integral dos estudantes.

A justificativa deste trabalho fundamenta-se na relevância social e educacional da formação integral dos jovens brasileiros. Em uma sociedade marcada por rápidas transformações tecnológicas e profundas desigualdades sociais, torna-se fundamental compreender como diferentes modelos educacionais contribuem para a construção de projetos de vida, para a inserção no mundo do trabalho e para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes. A EPT, ao articular formação geral e formação técnica, apresenta-se como uma possibilidade de desenvolvimento omnilateral, promovendo a integração entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Por outro lado, as escolas de tempo integral representam importantes iniciativas de ampliação do acesso à educação e de fortalecimento da permanência dos estudantes na escola. Entretanto, a simples extensão da carga horária não garante, por si só, uma formação integral

² Termo oriundo do latim *omnis* (todo, completo) e *lateralis* (lados, faces). Na Educação, opõe-se a formação unilateral, onde apenas uma competência é desenvolvida. Sendo assim, ocorre a integralidade do conhecimento técnico (científico e tecnológico) com o ser social (cultural e ético), tornando o ser emancipado socialmente.

efetiva, sendo necessário analisar as práticas pedagógicas, os recursos institucionais e os fundamentos teóricos que orientam essas experiências educativas.

Metodologicamente, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza bibliográfica e documental. Foram analisadas obras clássicas da Educação Profissional e Tecnológica, documentos legais e políticas públicas relacionadas à educação integral e ao Ensino Médio Integrado. O referencial teórico fundamenta-se, principalmente, nas contribuições de Paulo Freire, Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos, autores que defendem uma concepção de educação comprometida com a emancipação humana e com a formação integral dos sujeitos.

Por fim, este relatório está organizado em quatro grandes partes. A primeira corresponde à introdução, na qual são apresentados o tema, a problemática, os objetivos, a justificativa e a metodologia da pesquisa. A segunda contempla o desenvolvimento teórico e analítico do estudo, abordando os fundamentos da educação integral, da EPT e da formação omnilateral. A terceira apresenta as conclusões da investigação, retomando os principais resultados obtidos. Por fim, a quarta parte consiste em um plano de ação, propondo estratégias de intervenção voltadas ao fortalecimento das práticas educacionais relacionadas à formação integral dos estudantes.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Educação Integral e Educação em Tempo Integral no Brasil

A discussão sobre educação integral no Brasil possui raízes históricas que remontam às primeiras décadas do século XX, especialmente por meio das contribuições de educadores que defendiam uma formação humana ampla, capaz de contemplar não apenas os aspectos cognitivos, mas também as dimensões culturais, sociais, éticas e políticas dos indivíduos. Nesse contexto, a educação integral emerge como uma concepção pedagógica voltada para o desenvolvimento pleno do sujeito, superando a visão fragmentada do conhecimento e da própria formação escolar.

Historicamente, as ideias de Anísio Teixeira exerceram grande influência na construção desse conceito, sobretudo por meio da defesa da escola pública como espaço de formação democrática e cidadã. Para o educador, a ampliação do tempo de permanência na escola deveria estar associada à diversificação das experiências educativas, possibilitando o desenvolvimento intelectual, artístico, físico e social dos estudantes. Essa perspectiva influenciou diferentes políticas públicas implementadas ao longo das décadas seguintes.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa compreensão ao afirmar que a educação integral está comprometida com a formação humana em sua totalidade, considerando as necessidades, os interesses e as potencialidades dos educandos. Nesse sentido, a formação integral não se limita à ampliação da jornada escolar, mas pressupõe a construção intencional de práticas pedagógicas que articulem diferentes saberes e promovam o protagonismo estudantil.

Entretanto, é importante distinguir os conceitos de educação integral e educação em tempo integral. Embora frequentemente utilizados como sinônimos, representam perspectivas distintas. A educação integral constitui uma concepção formativa fundamentada no desenvolvimento pleno do indivíduo, enquanto a educação em tempo integral refere-se, predominantemente, à ampliação da carga horária diária dos estudantes na instituição escolar.

Essa diferenciação torna-se fundamental para compreender as políticas educacionais contemporâneas. A ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola, por si só, não assegura a efetivação de uma formação integral. É necessário que existam propostas pedagógicas consistentes, infraestrutura adequada, formação continuada dos profissionais da educação e articulação entre os diferentes componentes curriculares e experiências formativas.

A Lei nº 13.415/2017, que reformulou o Ensino Médio brasileiro, fortaleceu a implementação das escolas de tempo integral por meio de programas federais de incentivo financeiro aos estados. A proposta buscou ampliar a permanência dos jovens na escola, oferecendo oportunidades de aprofundamento curricular e desenvolvimento de projetos de vida. Contudo, diversos pesquisadores apontam que a efetividade dessas iniciativas depende das condições materiais e pedagógicas existentes em cada realidade local.

No estado do Amazonas, a implementação das Escolas de Tempo Integral (ETI) e dos Centros Educacionais de Tempo Integral (CETI) representa uma importante estratégia de ampliação do acesso à educação e de enfrentamento das desigualdades sociais. Os CETI's, em particular, foram concebidos com infraestrutura específica para atender às demandas da permanência prolongada dos estudantes, dispondo de espaços destinados às atividades esportivas, culturais e pedagógicas.

Apesar dos avanços observados, ainda persistem desafios relacionados à efetivação de uma educação verdadeiramente integral. Muitas vezes, a ampliação da jornada escolar não é acompanhada pela diversificação das práticas educativas, resultando em uma simples extensão das atividades tradicionais desenvolvidas no ensino regular. Tal situação limita as possibilidades de construção de uma formação crítica, criativa e emancipatória.

Nesse sentido, a literatura educacional destaca a necessidade de compreender a educação integral como um projeto político-pedagógico comprometido com a transformação social e com a democratização do conhecimento. A escola deve constituir-se como espaço de desenvolvimento humano, promovendo experiências que articulem ciência, cultura, trabalho, cidadania e participação social.

Além disso, a formação integral exige o reconhecimento das múltiplas dimensões que compõem a existência humana. O estudante não pode ser entendido apenas como receptor de conteúdos escolares, mas como sujeito histórico, inserido em contextos sociais, culturais e econômicos específicos. Dessa forma, a educação deve contribuir para o desenvolvimento da autonomia, da criticidade e da capacidade de intervenção na realidade.

No contexto das políticas públicas contemporâneas, a educação integral assume papel estratégico na redução das desigualdades educacionais e na promoção da inclusão social. Entretanto, sua consolidação depende de investimentos permanentes, valorização dos profissionais da educação e fortalecimento da gestão democrática das instituições escolares.

Assim, compreender os fundamentos da educação integral e da educação em tempo integral constitui etapa fundamental para a análise comparativa proposta neste trabalho, especialmente no que se refere às diferenças e aproximações existentes entre as escolas de

tempo integral e a Educação Profissional e Tecnológica, particularmente no âmbito do Ensino Médio Integrado.

2.2. A Educação Profissional e Tecnológica e o Ensino Médio Integrado

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ocupa posição estratégica no sistema educacional brasileiro, constituindo-se como modalidade de ensino voltada para a formação humana, científica e profissional dos indivíduos. Sua trajetória histórica revela transformações significativas nas concepções de trabalho, educação e desenvolvimento social, refletindo as mudanças econômicas e políticas ocorridas no país ao longo do século XX e início do século XXI.

Os primeiros marcos institucionais da educação profissional brasileira remontam à criação das Escolas de Aprendizizes Artífices, em 1909, durante o governo de Nilo Peçanha. Inicialmente, essas instituições tinham como finalidade atender às demandas de formação de mão de obra para os setores produtivos emergentes, direcionando-se principalmente às camadas populares da sociedade. Ao longo das décadas, entretanto, a educação profissional ampliou seus objetivos, incorporando perspectivas relacionadas à formação integral dos sujeitos.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei nº 11.892/2008, representou um importante avanço para a consolidação da EPT no Brasil. Essas instituições passaram a desenvolver uma proposta educativa fundamentada na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo a integração entre conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos.

Nesse contexto, o Ensino Médio Integrado assume papel central na formação dos estudantes, uma vez que busca superar a histórica dualidade existente entre educação geral e educação profissional. Diferentemente dos modelos tradicionais, que separavam a formação propedêutica da formação técnica, a educação integrada propõe uma abordagem que articula trabalho, ciência, cultura e tecnologia como dimensões inseparáveis do processo educativo.

Segundo Ciavatta (2014), a integração curricular constitui uma estratégia fundamental para a construção da formação humana integral, permitindo que os estudantes compreendam as

relações existentes entre os conhecimentos escolares e as práticas sociais. Dessa maneira, o ensino deixa de ser fragmentado e passa a contribuir para a formação de sujeitos críticos e autônomos.

Marise Ramos (2017) destaca que o Ensino Médio Integrado não deve ser compreendido apenas como a junção entre disciplinas da formação geral e conteúdos técnicos, mas como um projeto educativo comprometido com a emancipação humana e com a formação omnilateral dos indivíduos. Tal perspectiva pressupõe a construção de práticas pedagógicas interdisciplinares e contextualizadas, capazes de relacionar teoria e prática de maneira significativa.

O trabalho, nesse contexto, assume a condição de princípio educativo, deixando de ser entendido exclusivamente como atividade produtiva para tornar-se elemento constitutivo da formação humana. Essa concepção, fundamentada em pressupostos marxistas e gramscianos, reconhece o trabalho como dimensão central da existência social e como instrumento de produção do conhecimento e da cultura.

A Educação Profissional e Tecnológica também desempenha importante papel no desenvolvimento regional e na inclusão social. Os Institutos Federais, presentes em diferentes localidades brasileiras, contribuem para a democratização do acesso ao ensino técnico e tecnológico, possibilitando que jovens de diferentes contextos sociais tenham acesso à formação profissional de qualidade.

No caso específico da cidade de Manaus, a presença de instituições federais e estaduais que ofertam cursos técnicos integrados amplia as oportunidades educacionais dos estudantes, favorecendo a construção de trajetórias profissionais e acadêmicas diversificadas. Além da formação básica, os jovens concluem o ensino médio com uma habilitação profissional, ampliando suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho e de continuidade dos estudos.

Entretanto, a efetivação da proposta integrada ainda enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, à formação docente e à articulação curricular. A construção de práticas pedagógicas interdisciplinares exige investimentos institucionais e processos permanentes de

formação continuada, capazes de fortalecer a identidade da Educação Profissional e Tecnológica como política pública comprometida com a transformação social.

Desse modo, o Ensino Médio Integrado apresenta-se como uma alternativa educativa que ultrapassa a simples profissionalização dos estudantes, promovendo uma formação omnilateral orientada pelos princípios da cidadania, da criticidade e da emancipação humana.

2.3. Formação Omnilateral e Trabalho como Princípio Educativo

A formação omnilateral constitui um dos principais fundamentos teóricos da Educação Profissional e Tecnológica brasileira. O conceito está associado à formação integral do ser humano em suas múltiplas dimensões, compreendendo aspectos intelectuais, culturais, éticos, científicos, políticos e técnicos. Diferentemente das perspectivas educacionais voltadas exclusivamente para a preparação imediata para o mercado de trabalho, a formação omnilateral busca desenvolver plenamente as potencialidades humanas, promovendo a emancipação dos sujeitos e sua participação crítica na sociedade.

O conceito tem origem nos estudos marxistas sobre educação e trabalho. Karl Marx defendia a superação da divisão social que separa o trabalho manual do trabalho intelectual, propondo uma educação capaz de integrar diferentes formas de conhecimento e experiência humana. Nesse sentido, a formação omnilateral representa uma alternativa à formação unilateral promovida pelos modelos educacionais subordinados exclusivamente às necessidades produtivas do capital.

Antonio Gramsci também contribuiu significativamente para essa discussão ao propor a ideia da escola unitária. Para o autor, a educação deveria proporcionar uma formação comum a todos os indivíduos, integrando conhecimentos científicos, culturais e técnicos. A escola unitária seria responsável pela formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de compreender e transformar a realidade social.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, a formação omnilateral manifesta-se por meio da integração entre ensino médio e formação técnica, articulando diferentes áreas

do conhecimento em uma perspectiva interdisciplinar. O estudante deixa de ser preparado apenas para uma ocupação específica e passa a desenvolver competências intelectuais, éticas e sociais que contribuem para sua atuação cidadã e profissional.

O trabalho assume papel central nesse processo, sendo compreendido como princípio educativo. Tal concepção ultrapassa a visão restrita do trabalho como atividade econômica ou produtiva, reconhecendo-o como elemento constitutivo da própria existência humana. O trabalho é entendido como mediação entre o indivíduo e a sociedade, possibilitando a produção da cultura, do conhecimento e das relações sociais.

Frigotto (2018) afirma que o trabalho como princípio educativo permite compreender a educação para além das exigências imediatas do mercado, valorizando a formação humana integral e o desenvolvimento da consciência crítica. Essa perspectiva fortalece a construção de práticas pedagógicas que relacionam teoria e prática, ciência e tecnologia, conhecimento escolar e realidade social.

Nos Institutos Federais, a organização curricular do Ensino Médio Integrado procura materializar esses princípios por meio da articulação entre componentes da formação geral e disciplinas técnicas. O objetivo não consiste apenas em formar trabalhadores qualificados, mas sujeitos capazes de interpretar criticamente os processos produtivos, compreender as transformações tecnológicas e participar ativamente da vida social e política.

Em contraposição, muitas escolas de tempo integral ainda enfrentam dificuldades para incorporar uma concepção efetivamente omnilateral de formação. Embora ampliem o tempo de permanência dos estudantes na escola, nem sempre conseguem estabelecer relações significativas entre os diferentes conhecimentos e experiências educativas, limitando as possibilidades de desenvolvimento integral dos educandos.

Portanto, a formação omnilateral e o trabalho como princípio educativo constituem elementos fundamentais para compreender as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica e sua contribuição para a construção de uma educação comprometida com a emancipação humana e a justiça social.

2.4. Contribuições de Freire, Saviani, Frigotto, Ciavatta e Ramos

A compreensão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como espaço de formação integral encontra respaldo nas contribuições de importantes pesquisadores brasileiros que discutem as relações entre educação, trabalho e emancipação humana. Entre os principais referenciais teóricos deste estudo destacam-se Freire (1996), Saviani (2024), Frigotto (2018), Ciavatta (2014) e Ramos (2017), cujas produções fundamentam a concepção de formação omnilateral e de currículo integrado.

Freire (1996) concebe a educação como prática da liberdade, fundamentada no diálogo, na problematização da realidade e na construção coletiva do conhecimento. Em *Pedagogia da Autonomia*, o autor afirma que "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (FREIRE, 1996, p. 47). Essa concepção rompe com o modelo tradicional de ensino centrado na transmissão de conteúdos e valoriza o protagonismo estudantil, a autonomia e a participação ativa dos educandos no processo de aprendizagem.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, os princípios defendidos por Freire (1996) contribuem para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender sua realidade e atuar na transformação social. A relação dialógica entre educador e educando favorece a construção de conhecimentos contextualizados, aproximando teoria e prática e fortalecendo a capacidade dos estudantes de interpretar e intervir na realidade em que vivem.

Saviani (2024), por sua vez, desenvolve a Pedagogia Histórico-Crítica, compreendendo a educação como uma prática social voltada para a apropriação crítica do conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Segundo o autor, a escola desempenha papel fundamental na democratização do saber e na formação de indivíduos capazes de compreender e transformar a sociedade. Nessa perspectiva, a articulação entre trabalho, ciência e cultura constitui elemento essencial da formação humana, aproximando-se diretamente dos fundamentos do Ensino Médio Integrado, cuja proposta busca superar a fragmentação curricular e promover uma educação comprometida com a emancipação dos sujeitos.

Ao discutir as relações entre educação e capitalismo, Frigotto (2018) critica os modelos educacionais orientados exclusivamente pelas demandas do mercado de trabalho. Para o autor, a educação deve promover uma formação humana integral, compreendendo o trabalho como princípio educativo e não apenas como preparação para o emprego. Essa concepção amplia o papel da escola ao reconhecer que o trabalho constitui elemento formativo capaz de integrar conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e sociais, favorecendo o desenvolvimento da consciência crítica e da cidadania.

Ciavatta (2014) destaca a importância da integração curricular como princípio estruturante da Educação Profissional e Tecnológica. Segundo a autora, a formação integrada não consiste apenas na oferta simultânea de disciplinas da formação geral e técnica, mas na construção de um projeto pedagógico capaz de articular trabalho, ciência, cultura e tecnologia em um único processo educativo. Essa perspectiva rompe com a histórica dualidade entre educação geral e educação profissional, favorecendo uma formação mais ampla e contextualizada.

Complementando essa discussão, Ramos (2017) aprofunda o debate sobre currículo integrado e formação omnilateral. A autora defende que a integração curricular exige a superação da fragmentação disciplinar por meio de práticas pedagógicas interdisciplinares e contextualizadas. Para Ramos (2017), o Ensino Médio Integrado deve promover a articulação entre conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, possibilitando aos estudantes compreenderem criticamente os fenômenos sociais e os processos produtivos contemporâneos.

As contribuições de Freire (1996), Saviani (2024), Frigotto (2018), Ciavatta (2014) e Ramos (2017) convergem ao reconhecer a educação como uma prática social transformadora, comprometida com a emancipação humana, a democratização do conhecimento e a formação cidadã. Embora cada autor desenvolva abordagens específicas, todos defendem uma educação que ultrapasse a simples transmissão de conteúdos ou a preparação imediata para o mercado de trabalho, valorizando a construção da autonomia, da criticidade e da participação social.

Esses referenciais teóricos sustentam a análise desenvolvida nesta pesquisa ao possibilitarem a compreensão das aproximações e diferenças entre a Educação Profissional e Tecnológica e as escolas de tempo integral. Enquanto o Ensino Médio Integrado organiza sua

proposta pedagógica a partir da integração entre formação geral e formação profissional, fundamentada na formação omnilateral e no trabalho como princípio educativo, as escolas de tempo integral concentram seus esforços, prioritariamente, na ampliação da jornada escolar e na diversificação das experiências educativas. Dessa forma, a contribuição desses autores permite analisar criticamente em que medida cada modelo educacional favorece a efetivação de uma educação integral comprometida com o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões.

2.5. Políticas Públicas para a Educação Integral e a Educação Profissional e Tecnológica

As políticas públicas educacionais desempenham papel decisivo na organização e implementação das diferentes modalidades de ensino existentes no Brasil. No campo da educação integral e da Educação Profissional e Tecnológica, diversos instrumentos legais e programas governamentais foram instituídos com o objetivo de ampliar o acesso à educação e promover a formação integral dos estudantes.

A Lei nº 11.892/2008, responsável pela criação dos Institutos Federais, representa um dos principais marcos da Educação Profissional e Tecnológica brasileira. A legislação estabelece que essas instituições devem atuar na oferta de educação básica, profissional e superior, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional.

Outro importante instrumento normativo corresponde às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, que orientam a organização curricular dos cursos técnicos e tecnológicos, enfatizando a integração entre formação geral e formação profissional. Essas diretrizes reconhecem o trabalho como princípio educativo e defendem a formação integral dos estudantes.

No âmbito da educação integral, destaca-se a Lei nº 13.415/2017, que instituiu mudanças significativas no Ensino Médio brasileiro e fortaleceu as políticas de ampliação da jornada escolar. A legislação prevê incentivos financeiros para a implementação de escolas de tempo integral e estabelece novas diretrizes curriculares para essa etapa da educação básica.

Mais recentemente, o Programa Escola em Tempo Integral, instituído pelo Governo Federal, busca ampliar o número de matrículas em escolas com jornada ampliada, promovendo ações voltadas para a melhoria da qualidade da educação e para o desenvolvimento integral dos estudantes. Entretanto, a efetividade dessas iniciativas depende das condições estruturais e pedagógicas existentes em cada sistema de ensino.

No estado do Amazonas, as Escolas de Tempo Integral e os Centros Educacionais de Tempo Integral constituem importantes experiências de ampliação da permanência dos jovens na escola. Contudo, persistem desafios relacionados à infraestrutura, à formação docente e à implementação de práticas pedagógicas capazes de efetivar uma educação verdadeiramente integral.

Nesse contexto, a Educação Profissional e Tecnológica apresenta diferenciais importantes, especialmente pela integração entre formação acadêmica e qualificação profissional. Os Institutos Federais desenvolvem projetos pedagógicos comprometidos com a formação omnilateral, articulando ciência, tecnologia, cultura e trabalho em uma perspectiva emancipatória.

Portanto, as políticas públicas educacionais precisam considerar não apenas a ampliação quantitativa das matrículas e do tempo escolar, mas também a qualidade das experiências formativas oferecidas aos estudantes, garantindo condições para a efetivação da educação integral e da formação humana plena.

2.6. Análise Comparativa entre as Escolas de Tempo Integral e a Educação Integrada em Manaus

A cidade de Manaus concentra a maior rede pública de ensino do estado do Amazonas e constitui o principal espaço de implementação das políticas públicas voltadas à educação em tempo integral. Nos últimos anos, a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas (SEDUC-AM) ampliou significativamente a oferta dessa modalidade, buscando fortalecer a permanência dos estudantes na escola, reduzir os índices de evasão escolar e promover melhores oportunidades de aprendizagem.

Esse processo de expansão evidencia o compromisso do Estado com a ampliação do acesso à educação básica em tempo integral. Segundo dados do Governo do Amazonas, entre 2018 e 2025 a rede estadual ampliou o número de escolas de tempo integral de 74 para 212 unidades, representando um crescimento de aproximadamente 186,5%. No mesmo período, o número de matrículas passou de 20.718 para 46.357 estudantes, além da implantação de novos Centros de Educação de Tempo Integral (CETIs), consolidando essa política como uma das principais estratégias de fortalecimento da educação pública estadual.

Além da expansão física das unidades escolares, a política educacional amazonense tem investido na formação continuada de professores e gestores. Em 2025, a SEDUC-AM promoveu a Trilha Formativa da Educação Integral, envolvendo representantes de 61 escolas estaduais de Manaus e do interior, com o objetivo de fortalecer práticas pedagógicas alinhadas aos princípios da educação integral e qualificar o trabalho desenvolvido nas unidades escolares.

Apesar desses avanços, a literatura especializada demonstra que a ampliação da jornada escolar, isoladamente, não garante a efetivação da formação integral. Conforme defendem Freire (1996), Saviani (2024), Frigotto (2018), Ciavatta (2014) e Ramos (2017), uma educação comprometida com a emancipação humana exige a integração entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia, articuladas por um currículo que favoreça a compreensão crítica da realidade e a formação dos sujeitos em suas múltiplas dimensões.

Nesse contexto, Manaus apresenta um cenário educacional caracterizado pela coexistência de dois importantes modelos de ensino médio: as escolas estaduais de tempo integral, vinculadas à SEDUC-AM, e as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, responsáveis pela oferta do Ensino Médio Integrado. Embora ambas tenham como finalidade ampliar as oportunidades educacionais e promover o desenvolvimento dos estudantes, diferenciam-se quanto aos fundamentos pedagógicos, à organização curricular e às finalidades formativas.

Uma das principais diferenças refere-se à organização do currículo. Nas escolas estaduais de tempo integral, a ampliação da carga horária possibilita o desenvolvimento de atividades complementares, projetos de vida, práticas esportivas, ações culturais e componentes voltados ao desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais. Essa organização

busca ampliar as experiências educativas e favorecer a permanência dos estudantes na escola. Entretanto, a formação profissional não constitui, em regra, um eixo estruturante do currículo.

Na Educação Profissional e Tecnológica, por sua vez, a formação técnica integra o currículo do Ensino Médio desde o início do percurso formativo. O estudante desenvolve simultaneamente a formação geral e a formação profissional, articulando conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e técnicos em um único projeto pedagógico. Essa concepção fundamenta-se no trabalho como princípio educativo e na formação omnilateral, conforme defendem Frigotto (2018), Ciavatta (2014) e Ramos (2017), buscando superar a histórica dualidade entre educação propedêutica e educação profissional.

Outro aspecto relevante refere-se à infraestrutura e às condições institucionais. Em geral, os Institutos Federais dispõem de laboratórios especializados, bibliotecas, ambientes tecnológicos, projetos de pesquisa, extensão e inovação que favorecem a integração entre teoria e prática e contribuem para uma formação mais ampla dos estudantes. Nas escolas estaduais de tempo integral, embora os investimentos realizados pelo Governo do Amazonas tenham ampliado significativamente as condições de funcionamento, especialmente nos CETIs, ainda persistem desafios relacionados à manutenção da infraestrutura, à atualização dos recursos pedagógicos e à consolidação de práticas interdisciplinares que fortaleçam a educação integral.

A formação e a valorização dos profissionais da educação também constituem fatores determinantes para o sucesso das duas modalidades. Enquanto a Educação Profissional e Tecnológica reúne docentes com diferentes formações acadêmicas e experiências profissionais, favorecendo a integração entre teoria e prática, as escolas de tempo integral demandam investimentos permanentes em formação continuada para que a ampliação da jornada escolar esteja associada a metodologias inovadoras e a propostas pedagógicas efetivamente integradoras.

Dessa forma, a realidade educacional de Manaus evidencia que as escolas estaduais de tempo integral representam um importante avanço das políticas públicas educacionais, ampliando o acesso dos estudantes a uma jornada escolar estendida e diversificada. Entretanto, a análise realizada nesta pesquisa indica que a Educação Profissional e Tecnológica apresenta maior potencial para promover a formação omnilateral, por integrar, de maneira estruturada,

trabalho, ciência, cultura e tecnologia em um currículo único e articulado. Assim, mais do que ampliar o tempo de permanência na escola, a formação integral pressupõe um projeto pedagógico comprometido com a emancipação humana, com a construção da cidadania crítica e com a formação de sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade social em que estão inseridos.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, desenvolvido com o propósito de compreender as diferenças e aproximações entre a formação proporcionada pela Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente por meio do Ensino Médio Integrado, e a formação oferecida pelas escolas de tempo integral da cidade de Manaus.

A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar uma análise interpretativa dos fenômenos educacionais, considerando seus significados, contextos e relações sociais, sem a preocupação com mensurações estatísticas. Conforme Gil (2019), esse tipo de investigação busca compreender a realidade a partir da análise crítica de conceitos, documentos e referenciais teóricos, favorecendo a interpretação aprofundada do objeto de estudo.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa fundamentou-se inicialmente em levantamento bibliográfico, realizado por meio da consulta a livros, artigos científicos, dissertações, teses e publicações especializadas sobre Educação Integral, Educação Profissional e Tecnológica, Ensino Médio Integrado e formação omnilateral. Foram priorizadas produções de autores que constituem referência na área, como Paulo Freire (1996), Dermeval Saviani (2024), Gaudêncio Frigotto (2018), Maria Ciavatta (2014) e Marise Ramos (2017), cujas contribuições possibilitaram compreender os fundamentos históricos, filosóficos e pedagógicos da formação humana integral.

Complementarmente, realizou-se pesquisa documental mediante análise da legislação educacional brasileira e de documentos normativos que orientam a organização da Educação Básica e da Educação Profissional e Tecnológica. Entre os documentos analisados destacam-se

a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a Lei nº 13.415/2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica e documentos orientadores referentes às políticas de educação integral implementadas pelo Ministério da Educação e pelo Governo do Estado do Amazonas.

Os dados obtidos foram organizados por categorias temáticas, contemplando os seguintes eixos de análise: concepção de educação integral; fundamentos da formação omnilateral; trabalho como princípio educativo; organização curricular do Ensino Médio Integrado; políticas públicas para educação integral; e diferenças estruturais e pedagógicas entre as escolas de tempo integral e as instituições de Educação Profissional e Tecnológica.

A análise dos dados fundamentou-se na interpretação crítica da literatura e dos documentos oficiais, buscando identificar convergências, divergências e contribuições dos diferentes referenciais para a compreensão do problema investigado. Dessa forma, foi possível estabelecer relações entre os pressupostos teóricos da Educação Profissional e Tecnológica e as políticas públicas voltadas à ampliação da jornada escolar, evidenciando seus limites, potencialidades e implicações para a formação integral dos estudantes.

Embora esta pesquisa não tenha contemplado investigação de campo com aplicação de questionários ou entrevistas, sua natureza bibliográfica e documental permitiu reunir evidências teóricas consistentes capazes de subsidiar uma análise crítica acerca das concepções de formação presentes nos dois modelos educacionais analisados, contribuindo para a compreensão das possibilidades e desafios da educação integral no contexto brasileiro.

4. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A análise da literatura e dos documentos oficiais evidencia que, embora as escolas de tempo integral e a Educação Profissional e Tecnológica compartilhem o objetivo de ampliar as oportunidades educacionais oferecidas aos estudantes, suas concepções de formação apresentam diferenças significativas quanto aos princípios pedagógicos, à organização curricular e às finalidades educativas.

Os resultados da pesquisa bibliográfica demonstram que a Educação Profissional e Tecnológica, especialmente por meio do Ensino Médio Integrado, fundamenta-se em uma concepção de formação omnilateral, articulando trabalho, ciência, cultura e tecnologia em um mesmo projeto pedagógico. Nessa perspectiva, o trabalho deixa de ser compreendido apenas como preparação para o emprego e passa a constituir um princípio educativo que possibilita aos estudantes compreenderem criticamente a realidade social, econômica e tecnológica em que estão inseridos. Tal concepção é amplamente defendida por Frigotto (2018), Ciavatta (2014) e Ramos (2017), que compreendem a integração curricular como condição essencial para a formação humana integral.

Em contrapartida, a análise dos documentos relacionados às escolas de tempo integral demonstra que a ampliação da jornada escolar representa um avanço importante para a política educacional brasileira, sobretudo por ampliar o tempo destinado às atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de convivência. Entretanto, verificou-se que o aumento da carga horária não garante, isoladamente, uma formação integral. A efetividade dessa política depende da existência de um projeto pedagógico consistente, da integração curricular, da formação continuada dos professores, da infraestrutura adequada e da disponibilidade de recursos didáticos compatíveis com os objetivos educacionais propostos.

Outro aspecto evidenciado refere-se à organização curricular. Enquanto o Ensino Médio Integrado procura superar a histórica dualidade entre formação geral e formação profissional, promovendo a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, muitas escolas de tempo integral ainda desenvolvem currículos organizados de forma disciplinar, com poucas oportunidades de integração entre teoria e prática. Esse cenário evidencia que a ampliação do tempo de permanência na escola precisa estar acompanhada de mudanças qualitativas nas práticas pedagógicas.

Os referenciais teóricos analisados também convergem ao reconhecer que a formação integral exige uma atuação docente comprometida com metodologias interdisciplinares, contextualizadas e participativas. Nesse sentido, Paulo Freire (1996) destaca a importância do diálogo e do protagonismo dos estudantes, enquanto Saviani (2024) enfatiza o papel da escola na socialização do conhecimento historicamente produzido. Essas contribuições reforçam a

necessidade de que tanto a Educação Profissional e Tecnológica quanto as escolas de tempo integral desenvolvam práticas pedagógicas que favoreçam a autonomia intelectual, a criticidade e a participação cidadã.

Outro resultado importante diz respeito ao papel das políticas públicas. Observou-se que a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ampliou significativamente o acesso à formação técnica integrada à educação básica, consolidando uma proposta educacional comprometida com o desenvolvimento regional e com a inclusão social. Da mesma forma, as políticas voltadas à expansão das escolas de tempo integral representam avanços importantes para a permanência dos estudantes na escola, embora ainda enfrentem desafios relacionados ao financiamento, à infraestrutura, à valorização docente e à implementação de propostas pedagógicas efetivamente integradoras.

De modo geral, a pesquisa evidencia que a formação omnilateral desenvolvida na Educação Profissional e Tecnológica apresenta maior potencial para integrar conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e sociais em um único projeto educativo. Contudo, isso não significa desconsiderar a relevância das escolas de tempo integral, que desempenham importante função na democratização do acesso à educação e na ampliação das oportunidades de aprendizagem. Os resultados indicam que ambas as modalidades podem contribuir para a formação integral dos estudantes, desde que orientadas por políticas públicas consistentes, gestão democrática, valorização docente e práticas pedagógicas comprometidas com o desenvolvimento humano em sua totalidade.

Assim, a análise realizada permite concluir que o maior desafio da educação brasileira não consiste apenas em ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola, mas em assegurar que esse tempo seja pedagogicamente significativo, promovendo aprendizagens integradas, formação cidadã e desenvolvimento humano em todas as suas dimensões.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar, à luz da literatura e dos documentos oficiais, as contribuições da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente por meio do Ensino Médio Integrado, para a formação omnilateral dos estudantes, estabelecendo uma

análise comparativa com as escolas de tempo integral da cidade de Manaus. A investigação possibilitou compreender que, embora ambas as modalidades tenham como propósito promover a formação integral e ampliar as oportunidades educacionais, seus fundamentos pedagógicos, sua organização curricular e suas finalidades formativas apresentam diferenças significativas.

Os estudos realizados demonstraram que a Educação Profissional e Tecnológica se fundamenta na integração entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia, promovendo uma formação humana integral que ultrapassa a mera preparação para o mercado de trabalho. O Ensino Médio Integrado constitui uma proposta educativa comprometida com a emancipação dos sujeitos, possibilitando que os estudantes desenvolvam competências técnicas, intelectuais, éticas e sociais de maneira articulada e contextualizada.

Por outro lado, as escolas de tempo integral desempenham importante função social ao ampliarem as oportunidades educacionais e contribuírem para a permanência dos jovens na escola. Entretanto, verificou-se que a ampliação da jornada escolar, por si só, não garante a efetivação de uma educação integral. É necessário que existam propostas pedagógicas consistentes, infraestrutura adequada, valorização dos profissionais da educação e políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento pleno dos estudantes.

Os referenciais teóricos analisados, especialmente as contribuições de Paulo Freire, Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos, evidenciam que a formação humana integral exige a superação da fragmentação curricular e da histórica separação entre formação intelectual e formação técnica. A educação deve ser compreendida como prática social emancipatória, comprometida com a democratização do conhecimento, com a formação cidadã e com a transformação da realidade social.

Os objetivos propostos neste trabalho foram alcançados, uma vez que foi possível analisar, à luz da literatura e dos documentos oficiais, os fundamentos da educação integral, da formação omnilateral e do trabalho como princípio educativo, bem como identificar as principais aproximações e diferenças entre a Educação Profissional e Tecnológica e as escolas de tempo integral da cidade de Manaus. A pesquisa também possibilitou discutir as contribuições de cada modalidade para a formação integral dos estudantes e compreender a

importância das políticas públicas educacionais na consolidação de projetos formativos comprometidos com a inclusão social, a qualidade da educação e o desenvolvimento humano.

No âmbito da formação profissional e acadêmica, a construção deste Relatório de Formação possibilitou aprofundar conhecimentos adquiridos ao longo do curso de Pós-Graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, fortalecendo a compreensão sobre os desafios contemporâneos da gestão educacional e da formação integral. As aprendizagens desenvolvidas contribuíram para ampliar a visão crítica acerca das políticas públicas educacionais e do papel das instituições de ensino na promoção de uma educação socialmente referenciada.

Apesar das contribuições apresentadas, o estudo possui limitações decorrentes de sua natureza bibliográfica e documental, uma vez que suas análises se fundamentam na produção científica e em documentos oficiais, não contemplando investigação empírica. Assim, pesquisas futuras poderão incorporar estudos de campo, entrevistas com gestores, professores e estudantes, além de análises comparativas em diferentes contextos educacionais, ampliando a compreensão sobre os impactos das distintas modalidades de ensino na formação integral dos jovens.

Conclui-se, portanto, que a Educação Profissional e Tecnológica, especialmente por meio do Ensino Médio Integrado, apresenta potencial significativo para promover a formação omnilateral dos estudantes ao integrar, de forma articulada, conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e profissionais. Todavia, tanto a Educação Profissional e Tecnológica quanto as escolas de tempo integral necessitam de investimentos contínuos, valorização dos profissionais da educação, fortalecimento das políticas públicas e consolidação de práticas pedagógicas integradoras para que possam efetivamente contribuir para a formação humana plena, para o exercício da cidadania e para a transformação social.

6. PLANO DE AÇÃO

Título do trabalho: Fortalecimento da Formação Omnilateral e do Projeto de Vida nas Escolas de Tempo Integral e na Educação Profissional e Tecnológica

6.1. Objetivo Geral

Promover ações pedagógicas e institucionais que fortaleçam a formação integral e omnilateral dos estudantes do ensino médio, articulando educação, trabalho, ciência, cultura e cidadania.

6.2. Objetivos Específicos

- Desenvolver práticas pedagógicas integradoras entre diferentes áreas do conhecimento;
- Incentivar a construção de projetos de vida articulados à formação profissional e acadêmica;
- Fortalecer a formação continuada dos docentes sobre educação integral e currículo integrado;
- Ampliar o uso de metodologias ativas e projetos interdisciplinares;
- Estimular a participação da comunidade escolar nos processos de gestão democrática.

6.3. Ações Propostas

Ação	Responsáveis	Prazo	Recursos Necessários	Resultados Esperados
Formação continuada sobre currículo integrado e formação omnilateral	Gestão escolar e professores	Semestral	Material didático e palestrantes	Aprimoramento das práticas pedagógicas
Desenvolvimento de projetos interdisciplinares	Docentes e coordenação pedagógica	Anual	Espaços pedagógicos e tecnológicos	Maior integração curricular
Oficinas de projeto de vida e orientação profissional	Equipe pedagógica	Bimestral	Recursos audiovisuais e materiais impressos	Fortalecimento das perspectivas profissionais dos estudantes

Ampliação das atividades de pesquisa e extensão	Instituição e comunidade escolar	Contínuo	Laboratórios e parcerias institucionais	Desenvolvimento da autonomia estudantil
Criação de fóruns permanentes de participação estudantil	Gestão e grêmio estudantil	Anual	Espaços de debate e comunicação	Fortalecimento da gestão democrática

6.4. Resultados Esperados

Espera-se que a implementação dessas ações contribua para a consolidação de práticas educativas voltadas à formação integral dos estudantes, fortalecendo o desenvolvimento intelectual, profissional, ético e social dos jovens. Pretende-se, ainda, ampliar a participação da comunidade escolar nos processos decisórios e promover uma educação comprometida com a cidadania e a transformação social.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar**. Expansão da educação em tempo integral no Amazonas. Manaus: SEDUC-AM, 2025.

_____. **Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar**. Trilha Formativa da Educação Integral fortalece práticas pedagógicas nas escolas estaduais. Manaus: SEDUC-AM, 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

_____. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2008.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera as diretrizes e bases da educação nacional e institui a política de fomento às escolas de ensino médio em tempo integral**. Brasília, 2017.

_____. Ministério da Educação. **Programa Escola em Tempo Integral**. Brasília: MEC, 2025.

CARDOSO, Cintia Aurora Quaresma; OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de. **Concepções de educação integral e em tempo integral no Brasil: reflexões a partir das bases teóricas e legais**. Revista e-Curriculum, v. 18, n. 4, p. 2074-2094, 2020.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capital**. Petrópolis: Vozes, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos do IFRR**. Boa Vista: IFRR, 2025.

RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: ciência, trabalho e cultura na formação humana**. São Paulo: Cortez, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2024.